

O Bolsonarismo e o Idioma de Gênero^{1,2}

Jacqueline de Oliveira Muniz³

Fátima Cecchetto⁴

Sandro Cozza Sayão⁵

Resumo: O projeto de (in)segurança pública levado a cabo pelo Bolsonarismo é o tema desse artigo. Aqui, buscou-se acessar o sistema de ideias que fornece sentido para as práticas construídas no ponto de encontro entre gênero, família, religião e o regime do medo. Situa as tensões e disputas de sentido em torno dos avanços conquistados pelos coletivos feministas e da população LGBTQIA+. Explora os usos do binarismo de gênero, do neoconservadorismo religioso e da lógica tutelar hiperautoritária para a legitimação de projetos de poder antidemocráticos que insurgem no ideário político brasileiro. Tudo isso justificado por narrativas que falam em nome de “valores familiares” e que põem em circulação uma ordem social particularizada pela moral e pelo bons costumes da entidade genérica “família brasileira” com suas marcas branca, cristã, patriarcal e heteronormativa. Uma narrativa que instrumentaliza como necessária a cruzada vigilante dos bons contra os maus e, por sua vez, o recrudescimento da violência e da barbárie contra os sujeitos sociais historicamente colocados no final da fila de ingresso no cercado da cidadania tutelada. Em especial, aqueles que são inscritos e se reconhecem nas agendas públicas ligadas à igualdade de gênero, diversidade sexual, questões indígenas e raciais, defesa social e proteção da dignidade humana. No trânsito argumentativo aqui proposto, ressaltamos o que nos parece ser uma manobra política astuta: permitir que a certos grupos deformarem a concepção de segurança pública como um bem coletivo em uma visão particularista da proteção, zoneando-a a um determinado contexto ideológico em cujo eixo gravita a desfiguração da democracia e do próprio Estado de Direito.

Palavras-chave: Bolsonarismo; idioma de gênero; insegurança pública; autoritarismo; regimes do medo.

SUMÁRIO

Insegurança pública como um projeto autoritário sob revista bolsonarista.....	2
Ideologia e propaganda do Bolsonarismo.....	8
Bolsonarismo e o apelo à virilidade perdida.....	24
Considerações finais: a ilusão de que o mundo masculino bastaria.....	31
Referências Bibliográficas.....	33

¹ Artigo aguardando publicação na coletânea “Experiências autoritárias de forma transversal: passado e presente”, organizada por Felipe Cazetta (Unimontes) e Cícero João Costa Filho (UESPI), pela editora EDUESPI.

² Este artigo foi escrito como parte do projeto de pesquisa, em andamento, “Cidadania, Controle da Ação Policial e Enfrentamento ao Racismo”, desenvolvido no âmbito do DSP/UFF e FEC, com recursos de emenda parlamentar, sob coordenação de Jacqueline Muniz (UFF). E ainda se beneficiou do apoio do projeto de pesquisa, em curso, “Juventude Segura: construção de metodologias para prevenção das violências, sob a perspectiva do gênero” sob coordenação de Fatima Cecchetto (FIOCRUZ). **Agradecemos a Gabriela Queiroz e Luísa Pereira pela assistência de pesquisa para este artigo.**

³ Antropóloga e cientista política, professora da graduação em segurança pública e social do DSP/IAC-UFF e do Programa de Pós-Graduação de Justiça e Segurança do IAC/UFF. Membro fundador do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Ocupou funções públicas no Governo do Estado do Rio de Janeiro e no Ministério de Justiça e Segurança Pública. <https://lattes.cnpq.br/1274628618694703>. E-mail: jacquelinemuniz@id.uff.br.

⁴ Cientista Social, professora do programa de pós-graduação em Saúde Pública-ENSP/FIOCRUZ-Colaboradora do Departamento de Estudos de Violência e Saúde Jorge Carelli (CLAVES). <http://lattes.cnpq.br/5964906282746749>. E-mail: face.fiocruz@gmail.com.

⁵ Dr. em Filosofia, Pós-doutor em Filosofia Contemporânea pela Université Paris X, professor e chefe do Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Pernambuco e Coordenador do Programa VIRTUS: defesa social, segurança pública e Direitos humanos. <http://lattes.cnpq.br/6484943095710587> E-mail: sandro.sayao@ufpe.br.

INSEGURANÇA PÚBLICA COMO UM PROJETO AUTORITÁRIO SOB REVISTA BOLSONARISTA.

A Insegurança Pública é um projeto de poder que tem dado certo em contextos políticos autoritários e antidemocráticos, que se voltam para a defesa aberta e panfletária de princípios ultraconservadores como família, pátria e propriedade. Estes servem como dispositivos políticos-afetivos de mobilização, captura e construção identitária para indivíduos entregues a si mesmos, avulsos no mercado e desterrados dos vínculos sociais pela engrenagem neoliberal (Muniz e Cecchetto, 2021). Através do medo disseminado, amantes do poder, mais do que da democracia, conseguem dar validação ao que é absurdo e ilegítimo ou conseguem fazer com que caminhos de destituição da dignidade humana que se tornaram inaceitáveis ao longo do processo civilizatório, ressuscitem como alternativas viáveis e passíveis de serem instaurados entre nós. Em outros termos, a (in)segurança em seu regime de medos institui e vivifica estados de exceção, fazendo com que antigos compromissos éticos fundantes do estado de direito sejam negados e antigas premissas relacionadas à salvaguarda das garantias individuais e coletivas sejam desprezadas. Aquilo que normalmente seria rechaçado como algo absurdo começa a se tornar válido. Tem-se, aqui, como uma ilustração, os discursos autoritários, unitaristas e uniformizadores, que atribuem uma marca negativa a existência de conflitos de valores e práticas (Kant de Lima, 2014) e justificam a necessidade pedagógica de sua resolução violenta rumo à construção fantasiosa de uma ordem pacífica, porque homogênea, assentada na ambição despótica do pensamento único.

Esta distopia se mostra politicamente rentável já que produz um amalgama moral a partir da percepção generalizada da insegurança e de seu aparelhamento cotidiano. Cria-se, com isso, um aparente conforto existencial defensivo para todos que são iludidos e empurrados pelo motor do individualismo possessivo e desterritorializado do social ou do Estado ou do mercado para a condição solitária e utilitária de empreendedores de si mesmos ou empresários de seu auto resgate social (Cecchetto, Muniz e Monteiro, 2018). Esta distopia absorve os medos imaginários e reais que atravessam nossas razões desiguais étnico-racial, de classe, de origem social, gênero, de orientação sexual, de inscrição religiosa etc. Serve como um emplasto curativo para os

indivíduos precarizados simbólica e materialmente que se veem e são vistos como vítimas apriorísticas de uma suposta torre babel interativa vinda da diversidade sentida como abusada, provocativa e ameaçadora ao seus *status quo*. Busca-se fazer crer que a perda da estabilidade e da segurança promovida pela concepção político-moral do neoliberalismo (Dardo e Laval, 2016) e de sua tradução *fashion* contemporânea em “anarcocapitalismo” origina-se da diversidade. Referimo-nos a diversidade que nos constitui ou da pluralidade de perspectivas que fazem parte de nosso mundo e cujas lutas pelo seu reconhecimento romperam monopólios políticos de sentido e hegemonias discursivas que se refletem nos embates da produção identitária e de suas representações sociais e políticas.

Se olharmos com atenção, governos antidemocráticos institucionalizam o acesso seletivo e desigual aos direitos, reafirmando como natural uma competição predatória entre indivíduos abstratos, despossados de seus marcadores socio-identitários, e que necessitam vencer no mercado também abstrato da cidadania meritória, para “fazerem por merecer” a atenção do Estado. Afinal, diante de uma cidadania que funciona como um programa de milhagens (Muniz e Patrício, 2019) e que universaliza a exclusão para tornar seletiva e desigual a inclusão, os direitos são bonificações válidas apenas para um determinado segmento da sociedade que lá já se encontrando, “chegou lá” primeiro, fazem uso da acumulação dos seus bônus ancestrais ou familiares - as classes mais abastadas (Coelho 1978).

São estes governos que, de forma deliberada, relacionam a violência ou o aumento da criminalidade, ao fato de ter se “dado voz às diferenças” com seus múltiplos “lugares de fala” desqualificados como “lugares de falha” dos transviados, vadios e velhacos. Estes chantageariam a sociedade com o seu “mimimi” para obterem privilégios do Estado por meio da tática do “coitadismo” tal como expresso pela narrativa bolsonarista. Em outras palavras, rebatem a pluralidade e o livre pensamento com a ameaça do caos e de que a equivalência em direitos seria fundante da desestabilização social e da barbárie.

No lugar do pensamento comum, apoiado em um pacto sociopolítico renegociado entre diferentes, tem-se a emulação do pensamento único encarnado por uma autoridade que precisa ser autoritária – um “deus-mito acima de tudo” - para fazer voltar um passado nostálgico inexistente de uma ordem unitária e inegociável, “Brasil

acima de todos”, comandada pelos sujeitos-homem e chefes de família, dos mundos da rua ao mundo das casas. Uma ordem valorizada como hierárquica e desejada como desigual, constituída por indivíduos uniformes - como as demonstrações “marcha soldado cabeça de papel” no acampamentos nos arredores dos quartéis - que promete mantê-los livres dos preguiçosos, incapacitados e inadaptados, enfim, “dos vagabundos que precisam do Estado para sobreviverem” e que ficaram “mal-acostumados” com a “defesa do pessoal dos direitos humanos”.

Por trás disso, está a antiga concepção de uma unidade silenciosa, em que a diversidade de expressões étnico-raciais, de gênero, de orientação sexual e de inscrição religiosa, bem como a pluralidade de visões de mundo que confrontam perspectivas hegemônicas, são tratadas como ameaças internas a sempre renovada promessa quimérica de uma sociedade segura. Esta necessita estar constantemente protegida de si mesma, das inevitáveis degenerescência do social e da corrupção do Estado promovidas pelo “poderoso sistema” que está em tudo, tudo quer e tudo tira, mas ninguém vê e que cujo enfrentamento só poderia ser feito por alguém escolhido e investido de um poder divino dada a sua intimidade com o verdadeiro todo poderoso, o “rei dos reis”.

Daí a importância de uma permanente vigilância viril e pastoral sobre si e os seus e, principalmente, sobre outro diverso perigoso. Os indivíduos libertos das muletas da coletividade do Estado e da caridade da sociedade, enfim, jogados ao livre mercado, devem apenas confiar na autoridade de sua família de origem e na autoridade do governante iluminado que, como intérprete juramentado, reconhece, uma vez mais, “Deus acima de tudo” e a “pátria acima de todos”. Para se manter protegido na sociedade segura deve-se contrapor o libertarismo individual ao identitarismo coletivo, isto é, deve-se inibir o espaço e silenciar a voz do diverso em sua divergência e desviância. Tudo isso para garantir a restauração de valores ultraconservadores e uniformidade de condutas. O passaporte para a sociedade da proteção requer ser e pensar da mesma maneira.

Esse anseio pela uniformidade foi expresso pelo ex-presidente Jair Bolsonaro, em seu comício em fevereiro de 2017: “as minorias têm que se curvar às majorias. As minorias se adequam ou simplesmente desaparecem”. Aqui, nesta advertência do tipo “quem avisa inimigo é”, revela-se uma astuta associação entre insegurança, diversidade e pluralidade que faz uso do medo etnocêntrico do outro para subir cercas e cerrar fronteiras, instrumentalizando os preconceitos, as discriminações e as intolerâncias que

a suspeição generalizada trazida pelo medo hiper dimensionado enseja. O grande inimigo moral que a todos une passa a ser a diferença e sua vontade de identidade plural. Ao passo que a indiferença ao próximo transformado em distante passa a ser exaltada como uma defesa social e uma forma de ataque individual, egoísta e interesseiro, que traz vantagens utilitárias na luta pela sobrevivência na selva da entidade mercado com suas garras invisíveis.

É nesse caminho antidemocrático que um dado modelo de governo se fez insurgir, baseando-se em discursos que se apoiam na homogeneidade de condutas e papéis, com clara hierarquia entre homens e mulheres, pais e filhos, pastores e pastoreados, comandantes e comandados. A pavimentação deste caminho requer uma batalha diuturna contra os direitos civis e sociais conquistados e demandados. No lugar da liberdade socialmente regulada, busca-se o libertarismo individual para rasgar os contratos coletivos. No lugar da equivalência político-jurídica entre sujeitos de direito, evoca-se a uniformidade desapossada do empresário de si e cuja acumulação e o consumo conspícuo se tornam o testemunho da vitória do céu na terra.

É parte da constituição do campo discursivo autoritário, centrado nas autoridades masculinas familiar e governamental, a negação da divisão dos poderes, sua descentralização e desconcentração. A negação dos poderes constituídos pela República, é uma configuração tida pelo credo ultraconservador como sinônimo de feminização/emasculação (Chapoutot, 2013:336). No caso brasileiro, a cruzada mística de resgate nostálgico de uma construção monopolista de virilidade em declínio e percebida sob constante assédio cultural, vai desembocar no ataque antissistema aos três poderes da república. O governante inaugura e protagoniza o bombardeio discursivo contra o estado e quaisquer de suas expressões institucionais de cooperação, solidariedade e coesão sociais. Em suas catarses libertárias aponta o mercado como uma “terra sem males”, uma espécie de paraíso igualitário para a manifestação capacitista das virtudes e das fortunas dos indivíduos libertos das amarras das “quatro linhas da constituição”. Ele se mantém em estado de prontidão marcial, “imbrochável” diante do “fantasma do comunismo”, dos riscos de “virar uma Venezuela” e dos perigos da “ditadura gay”. Com um “histórico de atleta” o governante, em uma condição permanente de palanque e mobilização popular, resiste e se mantém puro lutando contra tentações malignas do poder que ele próprio exerce. Uma agonia diária de si contra si mesmo, sob medida para ser exibida nas *lives*

intencionalmente improvisadas e no ringue do “cercadinho presidencial”. Em seus púlpitos e diante dos convencidos e dos convertidos, oferta-se como uma ovelha sacrificial com falas pastorais, atacando sem dó nem piedade o seu próprio governo, o que orienta seus fiéis seguidores a seguirem também atacando o legislativo com “intervenção militar já” e o judiciário com o “fechamento do STF”. Se o “poder corrompe” é fundamental se fazer original, apresentando-se como “sendo do contra” até a própria liturgia do cargo presidencial, comendo sozinho no balcão de uma biosca, aparecendo de surpresa na beira da rodovia, invadindo avião de carreira para dar um olá para o pessoa aí, “tá ok?”.

Faz-se necessário, ainda, encenar um macho rústico, sem verniz nos trajés, no trato e nas palavras, falando com trejeitos desengonçados e respirações cortadas o que vem de imediato do coração à boca trazido pelo fígado de uma espécie de saco de pancadas, ou melhor, um primo forte que apanha e bate em nosso lugar. Enfatiza-se o espontâneo e, com isso, até uma certa inocência de quem fala a verdade da palavra sincera, revelada até por um “Jesus de goiabeira”. Uma palavra ungida pela honestidade que só seria possível de ser sustentada pela antipolítica de um político profissional de ultradireita. Ele, com quase quatro décadas de carreira eleitoral, e que mesmo assim, prova de sua conversão messiânica, mantém-se invicto como um revoltado autêntico “com tudo isso que está aí”. Seu suposto inconformismo transveste-se em um passar pito em todos em público, incluindo seus amigos e aliados que, já recebendo sua cota autorizada de benesses e privilégios do círculo do governante, se deslumbram ostentando a ritualística do poder. Este é um mundo pensado de traições latentes, de abuso invertido de poder contra o próprio poderoso, enfim, de perseguições contra quem tem a máquina do poder nas mãos, e que servem de testemunho das provações a que está exposto um suposto sujeito comum, um herói sem qualidade, um homem de (várias) famílias e um cidadão de (muitos) bens. Neste mundo, nem de governo das leis, nem de governo dos homens, deseja-se o comando do mito que vaticina “eu não sou o mais capacitado, mas deus capacita os escolhidos” diz Bolsonaro em sua livre e direcionada interpretação bíblica, em culto com ares de celebração-comício em 2018.

A esta altura resta evidente o rendimento que a correlação astutamente disseminada entre diversidade e caos social tem para a saga discursiva bolsonarista. A caçada moral ao diferente autoriza uma permanente vigilância sobre os outros de nós

mesmos que, no limite, serão todos nós, à medida que os dispositivos de negação e eliminação, em sua engrenagem de terraplanagem moral, incluem mais um marcador da diferença a ser destituído e que só existe na realidade interseccionado com os demais. Impõe-se como prática discursiva a negação das abordagens plurais que constituem uma sociedade, como se as individualidades, suas subjetividades, necessidades e anseios, tivessem que ser subtraídas em prol de uma ilusória unidade fundante da paz. Uma paz do medo do diferente, uma paz de cemitério para abusados, uma paz de censura para os divergentes, uma paz de ocultação do conflito em favor de uma ordem unida autoritária pela destituição violenta a ser expandida como um necessário processo de depuração das mazelas étnico-raciais, religiosas, de gênero e orientação sexual criadas pelo inimigo número 1 da moral e dos bons costumes tradicionais: a pluralidade identitária. Espera-se que a sociedade possa ser uma associação de fiéis convertidos e não convencidos das tentações do mundo. Nela a alteridade existente nada mais seria que um erro natural a ser corrigido pela vida em sociedade, um ruído a ser silenciado ou assimilado, tal qual um desviante ou uma anormalidade que precisa ser curada. A igualdade pretendida como algo divino, a imagem e semelhança da conformidade, e a liberdade como dispositivo apenas para afirmar o “direito de ser contra” tudo aquilo que se reporta ao sentido laico de coletividade, funcionariam aqui como faces de uma mesma moeda. Diversidade e pluralidade, assim como as múltiplas identidades, nada mais seriam do que deformações que requerem terapia de um controle vigilante, mesmo que pela imposição da perversidade. E não é à toa que a diversidade de gênero e a pluralidade de orientação sexual, tornam-se aí lugares, por excelência, da exibição publicitária do risco imanente do retorno à Sodoma e Gomorra. Servem como uma advertência do pior dos mundos possíveis levado a cabo, por exemplo, pelas mulheres que não obedecem mais aos homens, pelos “sapatões”, “bichas” e “travestis” que resolveram jogar na cara da sociedade o que deveria seguir dentro do armário para ser usado só entre quatro paredes, pelos negros que decidiram ser cidadãos plenos.

Entender o rendimento dessas moralidades e os patamares atuais da reação conservadora de gênero, são aspectos centrais para que se possa compreender a insegurança pública como projeto autoritário de poder de governos antidemocráticos, entre os quais figura o *bolsonarismo* como tratado nesse texto. Nossa atenção aos atores e estratégias do *bolsonarismo* pretende ir além da descrição folclórica do anedotário e dos

desvarios de um chefe de governo que se constituiu como desgovernante para instituir a infâmia como instrumento de governo.

O esforço é entender o *bolsonarismo* como um fenômeno ideológico (Rennó, 2022) anterior à figura do ex-capitão do exército Jair Messias Bolsonaro, mas que encontra nele uma síntese poderosa, a Santíssima Trindade como senhor da guerra, mercador da proteção e profeta do caos (Muniz 2020). Pretende-se analisar algumas das táticas aí existentes que nos fazem ver o forte apelo do idioma de gênero, a orquestração de um código viril, nas propostas no campo da segurança pública, como, por exemplo, a flexibilização da posse de armas levada a cabo durante seu mandato na presidência da República no Brasil. Voltamo-nos para os usos que se faz da clivagem de gênero para manipular os ideais de uma virilidade perdida e, com isso, mobilizar a atenção de seguidores para um passado mítico onde mulheres, negros, LGBTQIA+ e homens fracos sabiam o seu devido lugar subalterno e obediente. Na gramaticalidade do gênero desenha-se uma estratégia política eficaz que confere rentabilidade à desejada (in)segurança pública como projeto de poder autoritário, alinhada com as premissas do neoconservadorismo, do neoliberalismo e do masculinismo. Este último é dramatizado por meio da musculosidade performada nos movimentos corporais, nas vestimentas e nos gritos de guerra dos homens-meninos transvestidos de varões. Isto serve como um rito que exalta o resgate de sua macheza patriarcal nas manifestações, passeatas, acampamentos e comícios sob os olhares e evocações de apoio e dos cuidados das mulheres também guerreiras e destemidas porque lutadoras pela defesa de deus, da família e da propriedade.

IDEOLOGIA E PROPAGANDA DO BOLSONARISMO.

O Bolsonarismo pode ser compreendido como um fenômeno cívico-político-cultural de extrema direita que emerge, de tempos em tempos, como um reavivamento de construções ideológicas de matiz autoritária, religiosa e antipluralista saídas do passado com embalagens contemporâneas. Seu renascimento é cíclico, reconfigurado com as tecnologias sociais do presente, como as máquinas algorítmicas cujos cálculos arbitrários e tomados como neutros, dão vida as interações e seus vínculos de superfícies nas redes sociais e permitem a disseminação, a fidelização e a radicalização de indivíduos em larga escala (Baumann, 2016; Fisher, 2023). Segue o movimento das ondas conservadoras e

reacionárias caroneiras das crises políticas e econômicas translocais que fabricam a escassez de acesso aos recursos materiais e simbólicos, justificando como um resultado justo de competições moralmente válidas, a sua acumulação predatória destes recursos pelos vencedores e a mobilidade social negativa para os denominados *losers* e *freaks*. Estas crises servem de correias de transmissão das variações históricas de erupções totalitárias. Exploram as inseguranças objetivas e subjetivas que elas mesmas produzem e, eclodem, com alguma regularidade, alimentadas pelas doutrinas e práticas do capitalismo ultraliberal transfronteira que se estrutura por crises e cuja racionalidade é ultrapassar as engrenagens dos estados e mercados nacionais. Elas legitimam e traduzem um processo agudo de globalização que aprofunda as desigualdades, desorganiza as bases socioeconômicas assentadas na organização do trabalho (in)formal, desterra os sujeitos de seus vínculos, desterritorializa as identidades sociais e põem em xeque as formas de representações políticas e de associativismo do regime democrático.

Por meio de uma odisséia mística e rebobinada de restauração de um passado imaginário purista-harmônico projetado como um horizonte de batalhas morais rumo a um futuro próspero-feliz inalcançável, tem-se o ressurgimento de comunidades afetivo-morais defensivas com narrativas políticas ultraconservadoras e radicalizadas como o estilo bolsonarista. Mantidas em estado de prontidão, diante da proliferação de inimigos da “tradição, família e propriedade”, elas sobem muralhas contra o outro, dão vasão violenta às frustrações e ressentimentos daqueles que se sentem esquecidos nas suas redes de convivência, desconsiderados pelo estado e desvalorizados pelo mercado. Nesse espectro de apoiadores do Bolsonarismo, cabe destacar o grupo outrora chamado de Nova Classe Média, pessoas com renda entre dois e cinco salários mínimos, composto por segmentos heterogêneos entre si, mas que foram excluídos da maior parte das políticas de transferência de renda dirigidas aos mais pobres. Dada a limitação de acesso a serviços privados de qualidade, privilégio das camadas médias, desenha-se a cristalização do ressentimento desse grupo, que se percebe ameaçado por discursos e programas governamentais de inclusão econômica e também simbólica, dirigidas as denominadas minorias de raça e gênero (Goulart e Gracino Jr, 2024).

Uma evidência disso é que o alvo que rende publicidade positiva para a causa bolsonarista é sempre o outro, qualquer outro (feminista, LGBTQIA+, pobre, negro, macumbeiro, imigrante, refugiado etc.) que suscite mudanças inclusivas nas regras do

jogo democrático, e que possa ser tomado como o bode expiatório consensual da vez. Um tipo de culpado sob medida para catalisar o ódio coletivo do momento e ser responsabilizado pelas precarizações ultraliberais que impactam, principalmente, os mais vulneráveis dentre os quais o culpado de ocasião também pode se encontrar.

Uma das inspirações subterrâneas do bolsonarismo, menos visível aos olhos de superfície das móveis, erráticas e provisórias bolhas digitais, foi o integralismo à moda brasileira. Na década de 30, durante do Estado Novo de Vargas, a ultranacionalista e conservadora Ação Integralista Brasileira (AIB) exerceu um forte papel de mobilização popular e de conscrição de adeptos para a milícia nacional dos “camisas-verdes” sob o lema “Deus, Pátria e Família”, tomado de empréstimo do fascismo italiano protagonizado pelo ditador Benito Mussolini. Este, cabe lembrar, foi um dos fundadores dessa ideologia nacionalista, antiliberal e antissocialista que inspirou outras ideologias como o nazismo na Alemanha e o franquismo na Espanha início do século 20. Muito da composição estética e dos conteúdos visuais adotados pelo movimento integralista tem reaparecido como peças publicitárias nos cards, faixas, panfletos e cartazes exibidos pelos bolsonaristas.

Vem de longe e de antes a apropriação e a estetização, hoje bolsonarista, de símbolos nacionais e ritos castrenses, sempre úteis como dispositivos de constituição de uma unidade sagrada e marcial, carregada de cimento afetivo, e que confere uma identidade nacionalista abrangente – (sempre cabe mais um abandonado e revoltado com o sistema) - e um selo patriótico a uma comunidade mística – (a salvação está do nosso lado) - constituída por devotos leais, uniformes e obedientes. Uma legião de convertidos a si mesmos e elevados ao exagero a sua própria causa, e aqui está o milagre da adesão bolsonariana, que ostenta no corpo o verde-amarelo customizado e se apropria do “manto sagrado” nacional: a camisa da seleção brasileira. A adesão segue de perto a lógica draconiana da conversão neopentecostal⁶ orientada por táticas proselitistas de marketing confessional. Neste caso, ela joga com a expiação vigilante de estar no mundo para agir, mas não ser do mundo para responder pelas ações, migrando do estado de convencido cívico para o de convertido religioso ao bolsonarismo que a tudo incorpora e a todos os pecadores perdoa.

⁶ Para uma compreensão do universo evangélico e sua pluralidade ver: Cunha, 2018.

Uma propaganda a ser anunciada. No mundo bolsonarista cabe toda horda de pessoas comuns, pecadoras, cuja revolta com qualquer coisa não cabe mais em si e precisa ser externalizada e partilhada em público, ritualística fundamental com ingredientes milenaristas para a produção afetiva-moral da unidade política rebatizada cotidianamente nas vidas virtual e real. Enfim, chegou a hora e a vez de cada um exercer, animado pelo líder mito e com a ajuda luxuosa dos grupos de *WhatsApp* e das “verdades reveladas” no *Youtube*, o seu próprio juízo final contra os poderes republicanos, em especial, os ministros do supremo tribunal, e, não menos importante, a “petralhada toda”: parlamentares, artistas, intelectuais e outras lideranças acusadas de esquerdistas ou coniventes com a bandalheira do tal sistema.

A virtude está na encenação de “não enganar ninguém”, “por tudo para fora”, expondo os próprios defeitos na condição de sujeitos reais desavergonhados de sua falta de qualidades. E, tudo isso, com uma honestidade performática e de vestal que admite explosões de violência, humilhação, deboche e negação como expressões de uma política da verdade escancarada contra todos os lobos em peles de cordeiros dos direitos humanos. Uma verdade mais verdadeira que denuncia os limites éticos como censura, as regras morais como hipocrisia e as normas legais como manipulação ideológica. Um mundo onde os destemperos, as sandices, as paranoias conspiratórias, as acusações infundadas, as picuinhas e as pequenas vinganças contra quem está ao alcance das mãos encontram guarida nas câmeras e microfones dos smartphones.

Falar mal do outro é falar bem de si, passando boatos no *Whatsapp*, reafirmando uma identidade de grupo, pertencimento e fidelidade aos seus valores, por exemplo do famoso “gabinete do ódio”⁷ do governo Bolsonaro. Enfim, a palavra política também foi libertada dos púlpitos da universidade, das mídias, dos políticos, dos formadores de opinião e passou a circular também de forma libertária no sentido de equivaler a ignorância ao conhecimento. A ideia era mesmo produzir e alimentar rumores e *fake news* contra os inimigos. A estratégia era passá-los adiante, de caso pensado, como uma vingança ou um justicamento antecipado, exatamente por serem eventos mentirosos e

⁷ São inúmeras as matérias que dão conta da existência do gabinete do ódio que fazia uso da estrutura da presidência da república durante o governo de Bolsonaro. Ver: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2022/02/11/policia-federal-afirma-que-milicias-digitais-usam-estrutura-do-gabinete-do-odio.ghtml>. Último acesso em 05/03/2024.

desabonadores. A promoção de rumores, boatos e fofocas permite a destruição de reputações, cancelamentos e apagamentos nas redes sociais. E, sobretudo, possibilita o aparelhamento do medo coletivo e a generalização da insegurança que fazem proliferar inimigos e salvadores da pátria que inibem o debate público e, por sua vez, a construção de uma agenda de políticas públicas pactuadas entre segmentos ideológicos divergentes.

Contribuir para a “viralização” de maledicências contra o rival político convertido em inimigo moral, é “dar a sua contribuição a causa” com uma vingança pessoal de efeito acumulado coletivo e sem autoria que resgata a síndrome da pequena autoridade autoritária da esquina que paga sermão, tira satisfação e pune no imediato “fazendo justiça com os próprios meios”. Ofensas morais e físicas, ameaças armadas, humilhações e intimidações fazem parte do repertório de ataques ao alcance das mãos dos “patriotas” também apelidados de “patriotários”, “robôs” e “minions” por muitos, principalmente aqueles que ambicionam tutelar o voto, infantilizando o eleitor com suas razões eleitorais e, por conseguinte, destituindo-os de responsabilização por suas escolhas e pelos governos e políticas validados nas urnas. Afinal, minions, robôs e gados não pensam, não arbitram, não sabem o que fazem.

Este é um mundo teatralizado como uma ligação direta e substantiva entre o eleito carismático de deus e seus eleitores enebriados, por meio das *lives* informais e das tribunas íntimas em quintal de palácio, e que denuncia a corrupção intrínseca a qualquer mediação, pacto ou acordo político e a corrosão de qualquer forma representação política que supostamente sequestraria a vontade do eleitor. O bolsonarismo faz política decretando o fim da política, a morte do social, a desinstitucionalização do estado reduzido ao seu mínimo, a promoção da família como um “coach de vida” e o liberou geral no mercado para indivíduos libertos das faturas civilizatórias. Tudo isso porque conscientizados de sua irremediável desigualdade natural de origem que fundamenta uma concepção assimétrica de mérito, e cuja moral da estória é garantir sucesso de poucos e o fracasso de muitos. Nas palavras enigmáticas do ex-capitão, logo no início de sua gestão:

“nós temos é que destruir muita coisa, desfazer muita coisa, para depois nós começarmos a fazer”⁸.

No bolsonarismo, há lugar para os seres humanos que dão suas “fraquejadas” por aí, imperfeitos e incapacitados, porém prontos a darem seus depoimentos no mercado de testemunhos sobre como negros reembranquecem, mulheres abaixam a cabeça para pais e maridos e gays voltam a ser homens para valer. Eles compõem um rebanho marcado por Deus para uma missão também divina: elevar a pátria da terra aos céus “falando em línguas” do campo discursivo bolsonarista. Adeptos, com o deboche disseminado pelos *perfil bot*, se contrapõem a ironia do seus críticos, afirmando sim, “somos gado de Bolsonaro” que almejariam mesmo uma “vida de gado, povo marcado, povo feliz”⁹. E, claro, a narrativa bolsonariana recepciona, portanto, os que não tiveram o seu valor reconhecido pela suposta “alta cultura” soberba dos progressistas e que foram barrados no baile da intelectualidade esquerdista que estaria sempre “do lado do bem” e, por isso, teria uma razão certa, também religiosa, messiânica das coisas. E, claro, a propaganda propagando a palavra mítica libertária – “chute o pau da barraca” sendo você mesmo - é uma das almas do bolsonarismo e de seus negócios da proteção.

Muitos dos cooptáveis, chamados de “radicalizados” se revelam como ex-alguma coisa que foram “acolhidos” e renascidos para o seu antigo lugar – “você patriota é importante para nós” - e adquiriram um distintivo da senda bolsonariana – vamos trazer volta a autoridade moral perdida dos ex-servidor público, ex-casada, ex-esquerdista, ex-combatente, ex-chefe de família, ex-provedor, ex-gay. E mais, engrossam as fileiras da conversão cívico-religiosa todos aqueles que, não sendo ainda ex, também se viram ameaçados, acuados com os limites dos não-pode do Estado de Direito e com as reprovações dos não-pode da sociedade do “politicamente correto”. Mais que isso, os bolsonaristas de fé e de raiz se afirmam como traídos pelos projetos coletivistas de esquerda (“ódio ao PT”) que reprovam o consumo ostentação e seu uso como signo de distinção das melhorias obtidas que se acredita “por conta própria”. E, mais, eles também

⁸ Esta citação pode ser encontrada em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2019/03/18/nos-temos-e-que-desconstruir-muita-coisa-diz-bolsonaro-durante-jantar.ghtml>. Último acesso em 05/03/2024.

⁹ Em 1979, Zé Ramalho lança a música Admirável Gado Novo, uma dos maiores sucessos do artista, cuja letra trata da condição sociopolítica da população e tem como refrão: “Eh, oh, vida de gado, povo marcado eh, povo feliz”.

se sentem enganados pelas promessas liberais individualistas não cumpridas pela “direita de sapatenis”¹⁰ de que acumulariam sempre e avante muito mais do que seu próximo, para poderem exibir o seu sucesso pelas aquisições desiguais e ostentar a superioridade hierárquica de seu consumo para os parentes, colegas e conhecidos (vá e vença como investidor exclusivo de si). Assim, nem a esquerda progressista teria feito a revolução social, e nem a direita tradicional teria posto em prática a revolução do consumo, cabendo ao movimento bolsonarista cumprir sua sina revolucionária de garantir que somos todos, naturalmente, filhos desiguais no mundo do Deus cristão e melhores uns que os outros no mundo de homens.

Neste ponto, a vertente teológica Teologia do Domínio¹¹ (Goulart e Gracino, 2024), com a instrumentalização da sua versão político-cultural da ética protestante com seu espírito do capitalismo, garante o aporte doutrinário para que os seus seguidores endossem a interpretação da Lei Bíblica como a submissão dos fiéis ao ideal patriarcal de ordem: a batalha espiritual do bem contra o mal, que não está longe, senta-se ao seu lado, é o seu vizinho de porta, um parente. Esta narrativa escatológica reverbera o “antagonismo absoluto”, operando uma simplificação de uma realidade complexa para o dualismo Nós contra Eles, isto é, cristãos versus os demiurgos da desestabilização social: os ativistas LGBTQI+, o STF, as “feminazes”, os “petralhas”, todos unidos pelo “comunismo” e vistos simplesmente como a encarnação do mal.

O constructo ideológico do bolsonarismo, por obvio, tem como um dos seus motes principais a forte rejeição estandarizada e performada às políticas de direitos humanos (Messerberg, 2017; Avritzer e Rennó, 2021). Estas políticas e seus operadores são acusados nos espaços públicos e virtuais de transformarem falsas minorias em elites de pobres preguiçosos, “criando privilégios com dinheiro público” e contrariando a suposta “vontade da maioria” cuja voz, nesta engenhoca ideológica, só seria verdadeiramente escutada pelo líder-mito. Por conta desta “distorção de valores”, o

¹⁰ Faria limer é um meme muito popular que caricatura o estilo de vida e visão de mundo de ricos e de alta classe média, que atuam em grandes corporações, cujos escritórios se concentram na rua Faria Lima, em São Paulo.

¹¹ Com raízes no século XIX, esta ideologia é oriunda da década de 1970. Ganha força nos últimos anos, a partir do livro *Left Behind* (“Deixados para trás”) de Tim LaHaye e Jerry B. Jenkins. O cumprimento das profecias bíblicas é a peça central dessa narrativa escatológica que propõe submeter a vida pública ao domínio religioso cristão.

“pessoal dos direitos humanos” teria dado vida ao que, sob a via do sarcasmo, apelida-se de “coitadismo”. Do ponto de vista da concepção bolsonarista, o coitadismo consiste em uma espécie de trapaça, um passar a mão paternalista na cabeça de vagabundos e oportunistas que “não querem receber o anzol e aprenderem a pescar o peixe”. Seria uma artimanha de parasitas do serviço público para enganar a boa fé do povo trabalhador, onde falsos necessitados e carentes mal-intencionados se fazem passar por “vítimas da sociedade” para poderem viver do dinheiro do Estado desperdiçado com programas assistenciais para quem não tem mérito, porque não teria recuperação e cura. Eles são os pobres, negros, mulheres, LGBTQIA+, indígenas, quilombolas. Estes que, de forma insolente e abusada, insistem em querer seguir sendo eles mesmos com identidade e reconhecimento e, portanto, sujeitos de direitos plenos, quando deveriam aceitar sua subalternidade e se enquadrarem à moralidade da boa ordem e dos bons costumes.

Ao coitadismo vitimista, que institucionalizaria a mamata como estilo de vida da vagabundagem, soma-se a clássica acusação de que a “turma dos direitos humanos” “atrapalha o serviço da polícia de combate ao crime” porque é contra “armar a população” e defende os bandidos. Essa gente dos direitos humanos gozaria do apoio dos criminosos que permitem o seu ingresso ilimitado nas favelas, o que seria um perigo elevado para o “cidadão de bem” e, mesmo, para a polícia “armada até os dentes de fuzil na mão”. Cabe lembrar das insinuações ofensivas, durante as eleições de 2022, sobre o comício de Lula no Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro, e o uso que ele fez do boné com a sigla CPX de “complexo”. Políticos bolsonaristas, fazedores de arminhas apontadas contra seus oponentes, definiram a deferência comunitária do atual presidente como uma propaganda da OrCRIM¹² local que estava do lado do chamado “ladrão e ex-presidiário”. Há uma frase modelo sempre acionada por apoiadores do bolsonarismo frente as denúncias contra as violações deliberadas de direitos de suspeitos e criminosos: “tá com peninha, leva para casa”.

Pode-se dizer que o bolsonarismo tornou-se uma liga político-afetiva que combina conservadorismo nos costumes, ultraliberalismo econômico, religiosidade carismática, civismo militarista, individualismo de mercado e autoritarismo social

¹² Sobre a repercussão da fake News do CPX, ver: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2022/10/21/bone-cpx-usado-por-lula-vira-hit-entre-famosos-acessorio-vale-ainda-cesta-basica-para-o-complexo-do-alemao.ghtml>. Último acesso em 05/03/2024.

dissolvidos na tessitura da sociedade brasileira. Este agrega diferentes eleitores com distintos perfis em um movimento único, de forma orgânica e consistente (Rennó, 2022:149). É algo bem mais estruturado do que aparenta ser e suficientemente flexível para explorar, a seu favor, as incoerências entre discurso e prática como táticas de captura e adesão de sujeitos comuns que também erram. Quanto mais contradição de ideias e de posicionamentos no campo discursivo de ultradireita melhor para gerar narrativas hegemônicas na arena pública, produzir colonizações do debate público monopolizando o contra e o a favor e, sobretudo, capturar perfis dispares e demandas opostas galvazinados pelo libertarismo que tudo permite. Uma estratégia de marketing, em sintonia com as realidades das redes sociais, a serviço da lógica serial de instituição de **partido-algoritmo**, que existe como um site sem bases associativistas orgânicas, como o grupo de direita MBL (Movimento Brasil Livre), e da invenção de **político-avatar** saído da matemática das adesões virtuais e que reproduz os paradoxos e contradições dos perfis individuais na internet (Da Empoli, 2019).

Pode-se ir a frente e rapidamente voltar atrás para atender as necessidades de engajamento e viralização na internet (ele é só um garoto atordoado, um pai de família revoltado, um agente policial com o psicológico abalado). Pode-se dizer e desdizer porque se pode mudar a todo tempo de ideia conforme os cálculos utilitários dos algoritmos caçadores de perfis na internet. Com isto, se pode mobilizar atores sociais dispares e em oposição, porém unidos, em uma odisseia emancipatória por sua luta ficcional antissistema, onde cada um leva a sua indignação particular em razão dos escrachos vividos e dos distratos acumulados no cotidiano do nosso mundo hierárquico e desigual. Este mundo é renomeado como o genérico “sistema” sem corpo e sem alma: a má vontade do atendente, o distrato na repartição pública, a fila furada no mercado, o transporte público quebrado, olhares de reprovação da elite, o roubo do celular comprado a prestação, a praia cheia de pobres, a traição amorosa, a fila no posto de saúde, o abandono dos familiares, o crédito negado, a gasolina cara etc. Brada-se: “como é difícil viver em sociedade!” A revolta pessoal passa a poder ser extravasada em público e em uma catarse ilimitada. E isto permite juntar todos em um transe coletivo libertário com a sua palavra de ordem de efeito – “abaixo a ditadura do STF”, “intervenção militar já” ou qualquer outro jargão antissistema que reivindique uma autoridade ilimitada, destemida e com carta branca para (re)por uma ordem na casa no aqui e agora da urgência dos aviltados com alguma perda material e simbólica.

O fazer funcionar no imediato corresponde a destituição das mediações negociadas, a desqualificação da política e a restauração violenta do *status quo* que se diz condenar. A solução é aceitar, desejando cada vez mais o que vem do alto: mais autoridade, mais hierarquia, mais desigualdade, mais discriminação, mais exclusão de muitos outros para garantir a inclusão de si mesmo. E isto para, enfim, cada um saber de vez o seu lugar na sociedade e seu merecimento no mercado, impedindo que os que estão mais abaixo subam nos degraus da mobilidade e ascensão sociais. Evidencia-se que a frustração vivida e a recusa de sua aceitação são um dos pontos em comum que atravessam diversos adeptos bolsonaristas. A expertise do bolsonarismo se encontra, por exemplo, em reunir elementos antes dispersos no elenco de valores, atitudes e opiniões de direita, enunciados por Bobbio (2001), promovendo um alinhamento de todas essas fontes e feições em um projeto de poder amplo e nacional, antes esporadicamente articulados de forma regional.

O bolsonarismo também paga o seu pedágio às referências insistentes aos valores do liberalismo conservador lacerdista, passando pela disseminação malufista do medo e da intolerância, até incorporar, conforme as conveniências publicitárias e o cálculos dos engajamentos nas redes sociais, as teorias conspiratórias e negacionistas dos dias atuais (Rennó, 2022). Há forte correlação entre o bolsonarismo e a adesão de parcela significativa da população a posições ultraconservadoras acerca de temas políticos. Deixou-se à mostra a predominância de preferências ideológicas de cerca de um quinto do eleitorado brasileiro segundo a *survey* “A Cara da Democracia”¹³, realizada pelo Instituto da Democracia (IDDC-INCT), em agosto de 2023. De acordo com a apuração, observou-se que o alinhamento dos entrevistados à direita cresceu, saindo de 11% em 2019 para 22% em 2023, ao passo que a sua identificação com a esquerda saltou de 6% para 11% no mesmo período. O crescimento da adesão dos entrevistados às agendas identificadas como de direita e de esquerda revela, antes, um aumento da vontade de explicitação dos engajamentos ideológicos dos brasileiros no período do governo Bolsonaro. Pode ser caracterizada como um subproduto da instrumentalização da chamada “polarização política” nas duas últimas eleições presidenciais, mas aquém da construção midiática de uma “sociedade brasileira dividida” que só seria “pacificada por

¹³ Dados consultados no site: <https://www.institutodademocracia.org/a-cara-da-democracia>. Último acesso em 05/03/2024.

um político de terceira via” cujos candidatos não emplacaram nas eleições de 2018 e 2022.

Um dos legados do bolsonarismo foi promover, por meios provocativos e violentos, a identificação acusatória de “esquerdistas” e/ou “comunistas” e referenciar, com condecorações simbólicas, os “direitistas” que se mostravam “corajosos”, “verdadeiros patriotas”, ao se assumirem como tais em rituais confessionais de elevada carga moral-afetiva, rompendo a suposta “patrulha ideológica” do “bom-mocismo” de esquerda. O caminhar para os extremos do campo discursivo estimulou a “saída de cima do muro” que servia como metáfora de um certo fazer pragmático da política que oculta os conflitos para negociá-los no bastidor, garantindo o personalismo, com conciliações políticas de conveniência e alianças políticas de oportunidade.

Não é difícil constatar que o Bolsonarismo passou a representar o apoio a temas e políticas que são típicas da direita no Brasil. Assiste-se posições contrárias a legalização do aborto, a descriminalização das drogas, a pluralidade do ensino religioso nas escolas, a equivalência em direitos entre os gêneros, ao reconhecimento dos direitos da população LGBTQIA+, a obrigatoriedade da vacinação, a universalização dos serviços públicos de saúde, previdenciários e assistenciais. Já ampliar os poderes discricionários de polícia, armar a população contra todos os medos (inclusive o “fantasma do comunismo”), estimular a constituição de milícias civis cívicas, promover cultos cristãos nos parlamentos, gabinetes e outros espaços institucionais laicos, financiar a militarização das escolas, desfinanciar e reintroduzir a censura na cultura servem de exemplos de pautas favoráveis a soluções autoritárias e antidemocráticas. Seus apoiadores passaram também a adotar posturas vexatórias, cínicas e irônicas como mais um recurso de mobilização midiática, típicas dos populistas de extrema direita contemporâneos.

Mostrou-se indispensável encontrar sempre novos inimigos de oportunidade, muito bem calculados, para se contrapor tal como reza a cartilha da política dos algoritmos e seu emprego tático pelas “milícias digitais” bolsonaristas criadas pelo chamado “gabinete do ódio”. Este situado dentro da estrutura da presidência da república,

como tem apontado investigações jornalísticas e policiais¹⁴. Afinal, tretas públicas com lavagem de roupa suja tem enorme apelo midiático e, mais ainda, para a captura da instantaneidade dos fluxos e seus comportamentos virais na formação das nuvens de interesse nas redes sociais.

A narrativa da guerra santa contra os “inimigos da nação” que rendem “filminho”, interesse e adesão correspondeu, em boa medida, a uma bandeira anti-gênero que pôs em operação uma batalha continuada contra a “ideologia de gênero” e, por sua vez, contra o “gayzismo” e a linguagem da pluralidade identitária que rompeu o monopólio discursivo heteronormativo, branco e cristão. Tem servido como um poderoso dispositivo catalizador dessa predominância dos discursos reacionários, denotando a convergência ideológica, de caráter cultural, voltada para questões de Lei e Ordem.

A conhecida “pauta de costumes” bolsonarista não era “somente uma cortina de fumaça” para desviar a atenção da cidadania e esconder os desmandos presidenciais e o desmantelamento do estado e suas políticas públicas inclusivas como queriam fazer crer alguns analistas progressistas. A pauta de costumes era e segue sendo estruturante da narrativa bolsonarista, uma vez que os embates fundamentais são, antes, pela palavra que nomeia e normatiza a realidade, são pelo verbo que executa um projeto político de sociedade e, com tudo isso, constroem um regime de verdade (Foucault, 2002). No princípio era o verbo porque no princípio está a linguagem que classifica e ordena a vida social, que possibilita os sentidos, as suas disputas e as suas políticas. Algo que o bolsonarismo assimilou por meio do evangelismo proselitista e instrumentalizou em seu devir em permanente campanha: “no princípio era o verbo, e o verbo estava com deus, e o verbo era deus” (João 1:1-18) que se fez Messias crucificado na terra para salvação dos homens e escolheu um outro messias entre os mortais incapacitados para cumprir a sina edificante de “injustiçado” e “perseguido” no Brasil, o Bolsonaro. Caberia ao mito sob provações reerguer a nação em sintonia com o “plano divino” traçado por Deus e traduzido por Edir Macedo (2008) em seu livro “Plano de poder, Deus, os cristãos e a política”.

¹⁴ Sobre o Gabinete do ódio na delação de Mauro Cid ver: <https://www.poder360.com.br/justica/gabinete-do-odio-usava-sala-no-planalto-diz-mauro-cid/>.Último acesso em 05/03/2024.

Nos termos de Muniz e Patrício (2023), em seu artigo “Cidadania, Segurança Pública e Controle da ação policial”, o projeto autoritário de poder do bolsonarismo instrumentaliza a lógica da proteção assentada nas ameaças difusas e continuadas como retórica da lei e da ordem em substituição a segurança pública para todos:

O que se pôde acompanhar, de forma mais aguda e explícita no governo bolsonarista, foi a redução da segurança pública – condição da estabilidade e previsibilidade da gestão de um governo legal e legítimo, seja ele progressista, liberal ou conservador – ao provimento desigual, porém útil, de proteção. A lógica da proteção, cuja indelicadeza é ter que pagar por ela em parcelas com a própria cidadania, fideliza os indivíduos pela proliferação de ameaças latentes e continuadas que demandam cada vez mais a própria proteção. Esta promove a entrega seletiva de direitos sociais deformados em um assistencialismo de gincana entre precarizados, como uma contrapartida pela perda esperada dos seus direitos civis. Para que mesmo direitos civis plenos e amplificados pela diversidade de lugares identitários de fala que só questionam a pretensão hegemônica das nossas formas tradicionais liberais-autoritárias e tutelares de gestão de direitos? (Muniz e Patrício, 2023:391)

As autoras prosseguem evidenciando como o idioma de gênero passa a jogar um papel decisivo na economia política desigual, discriminatória e excludente da proteção operacionalizada pela narrativa bolsonarista.

A engrenagem era fazer do seu protetor de hoje o seu tirano de amanhã. Para tanto, o declínio do monopólio da autoridade viril, das famílias à estrutura do Estado, precisava ser contido ou ao menos amenizado, com o revigorar da masculinidade tóxica e sua musculosidade ostentatória. Era preciso, portanto, fabricar ameaças simbólicas e materiais para seguir vendendo proteção. A autoridade machista provedora, diante da magnitude de mulheres chefes de família e do crescimento de casais que dividem o sustento doméstico, vai ser repaginada como a figura do protetor “imbrochável”. Este, por meio do cáustico idioma de gênero e com a promessa milagrosa de virilidade eterna da pílula azul, pôde reviver a nostalgia do poder do macho guerreiro até a melhor idade. E, desta maneira, pôde-se dramatizar o resgate dos privilégios masculinos pela defesa contra os perigos identitaristas trazidos pelas lutas por direitos. (Muniz e Patrício, 2023: 391)

Daí relevância política, cultural e econômica da flexibilização da concessão do porte de armas, uma espécie de “minha arma, minha vida” para reempoderar a macheza que daria o tônus de uma autoridade viril, reforçando o lugar de Bolsonaro como uma figura heroica para parcelas da população.

As encenações de retorno da “moral de homem” e da “autoridade do pai de família”, requereram rituais públicos de força, vigor, valentia e provocação de elevada visualidade. E isto da vizinhança aos acampamentos patrióticos grudados aos muros de quartéis. A vontade viril da autoridade tradicional e despótica perdida, emprestava sentido transversal de pertencimento e reconhecimento aos despossuídos de bens simbólicos e os despossuados de bens materiais. (Muniz e Patrício, 2023: 392)

Com o pretexto de salvar a pátria, as expressões aqui já mencionadas “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos” tornaram-se o slogan de sua campanha. No seu discurso de posse, o capitão (pal)mito¹⁵ concretizou-se como o símbolo da “salvação do Brasil contra o inimigo vermelho”, o comunismo, prometendo “manter a nossa bandeira verde e amarela”. Missão de homem dada, missão por homem atendida. Se os outros tem ideologia, o mito tem a mais pura verdade revelada que requer homenagens com desfiles de exuberância homoafetiva entre seguidores e louvações com a exibição narcísica de homens para homens da sua fantasia de eterna juventude. As motocicletas do presidente-garoto, pagas com dinheiro público, serviram para a devoção de si, como um elixir bolsonarista de autoestima masculina e, por conseguinte, como mobilizadoras do culto à virilidade indomável *hollywoodiana* da personagem de James Jean.

O reverencialismo ao macho protetor, que deve “ser cuidado” e que detém uma autoridade inquestionável, serviu como um fio condutor que atravessou todas as classes sociais, das periferias aos espaços nobres, emprestando um sentido de unidade uniforme de um “Brasil (viril) acima de tudo” e de um “Deus (masculino) acima de todos”, à imagem e semelhança do presidente-mito, seu intérprete juramentado. (Muniz e Patrício, 2023: 392)

As premissas que compõem o campo ideológico do que estamos chamando de Bolsonarismo, converteram-se em expedientes narrativos rentáveis para o fortalecimento político de grupos ultraconservadores, favorecendo a construção de uma agenda orientada pela defesa da família em oposição à agenda das políticas sexuais e o campo dos direitos civis e sociais de mulheres e população LGBTQIA+ (Birolli, Vaggione e Machado, 2020). O Bolsonarismo, representaria, tal como uma máquina de desinstitucionalização e encolhimento do Estado e de reversão de conquistas sociais, o emergir de uma mesclagem de meios logísticos e modos táticos antigos e novos, que faz funcionar em escala serial seu pastiche ideológico para impor suas ideias e rotinizar situações de exceção. Com o objetivo de dissuadir e impor determinadas formas de

¹⁵ O termo mito vem de Palmito, alguém com perna fina, um apelido recebido por Bolsonaro na infância e que seguiu na vida. Ver entrevista com Bolsonaro que aborda a origem de seu apelido: <https://valor.globo.com/politica/eleicoes-2022/noticia/2022/10/20/por-que-bolsonaro-e-chamado-de-mito.ghtml>. Último acesso em 05/03/2024.

pensar e estruturas de poder antidemocráticas, valem-se da construção narrativa nas quais se associa as lutas por direitos ao caos social.

De modo astuto, e se utilizando principalmente de meio midiáticos como a internet, criam narrativas que articulam as questões de gênero, orientação sexual e racial que individualizam, ao mesmo tempo que universalizam os sujeitos concretos, possibilitando uma identidade totalizadora pessoalizada e unitária. E isto, conferindo-lhes uma “natureza humana” comum, biologizada para dar conta da unidade moral da espécie, e psicologizada para inscrever a particularidade emocional de indivíduos reais. Note-se que os antigos discursos em defesa da família e da moral, promotores de uma cultura machista e patriarcal são repaginados apoiando-se na fabricação desta sobre-natureza natural, que lança mão da corporalidade e da afetividade tangíveis aos olhos do senso comum, da qual emerge um contrato divino e fundante. Este enuncia os direitos naturais desiguais que justificam a superioridade branca, masculina, heteronormativa e cristã como essenciais a boa ordem. Certamente, os evangélicos, em sua pluralidade de inscrição e de denominação não são os responsáveis pela eleição de Bolsonaro, muito menos são os ideólogos de primeira hora do bolsonarismo. Mas colocam-se na ponta de lança do projeto de hegemonia do pensamento conservador em curso no País (Burity, 2020). Certas igrejas do espectro neopentecostal foram capazes de traduzir em discurso religioso o mal-estar e o ressentimento frutos de um processo lento de transformação das massas urbanas, via integração marginal na sociedade de consumo.

Sob o enquadramento bolsonariano, a torre de babel promovida pelo estado laico, de direito, onde se pode tudo e cabe tudo e todos, expressaria a decadência dos princípios morais-naturais violados pelas demandas feministas e pelos coletivos dos direitos sexuais e reprodutivos. Nesse desenho, tem especial relevância a propagação de ideais em torno de um indivíduo avulso, liberto e sob livramento dos males da sociedade corrosiva. Espera-se que estas criaturas, redesenhadas como libertas das proteções do Estado, se vejam e sejam vistas como expostas a todos os perigos nas suas interações (Muniz e Cecchetto, 2021). Como o estado laico é do mal e o mundo dos direitos permissivo, pois “dá direito ao que não é direito”, as bases familiares cristãs, únicos pilares confiáveis de convivência social e preparo para a sobrevivência no mercado, estariam sempre sobre ataque e sob risco de destruição pelos “viados”, “sapatões”, “macumbeiros” e “negros” cujo reconhecimento político de suas existências e demandas

por equidade e reparação constituem uma afronta social e uma incitação à discórdia e a desordem.

A salvação das almas que habitam um mundo que perdeu o respeito e a consideração pela autoridade viril patriarcal será conseguida pelo estabelecimento de um pacto entre irmãos libertos das imposições do estado e da sociedade. Há que se buscar a irmandade ampliada, unida em torno de sua perseguição, da opressão sofrida vinda das ameaças latentes que a igualdade e a liberdade democráticas promovem. Só a irmandade em cristo em torno do novo Messias Bolsonaro revelado salvaria. A resposta ao “estado ausente” e à “comunidade carente” é a unidade em cristo. A tutela é superior para ser concedida mais abaixo aos dirigentes ungidos pelo divino que guiam o rebanho purificado: Deus acima tudo e de todos.

É preciso considerar que no campo da disputa de poder, a construção dos discursos, na forma de elaboração e afirmação da verdade, são pontos nodais. Desde os trabalhos de Foucault (2002) relacionados à construção da verdade, compreende-se o funcionamento da microfísica de um tipo de poder baseado em narrativas que induzem a reprovação da diversidade por seu perigo em potencial. Isso em uma conjuntura perversa baseada na disseminação do medo e da gestão das exclusões que incluem administração do matar, deixar matar e deixar morrer.

Nesse quadro, torna-se urgente o controle religioso do sexo e da reprodução social. Faz-se urgente uma autoridade forte, disposta a impor limites com pulso firme para colocar rédeas nos descaminhos da contemporaneidade e seus desviantes. Isso como uma cruzada de verniz neopentecostal na qual promove-se o que se pode chamar de moralidade antagônica àquela que fundamenta o respeito aos direitos sexuais e reprodutivos, recorrendo a uma lógica normativa neoconservadora (Machado, 2020)¹⁶. O que há de novo nessa reação reacionária, como tem-se buscado aqui demonstrar, é o lugar que o gênero ocupa nesse processo. Em defesa da família, em nome da tradição, circulam

¹⁶ Nas últimas quatro décadas, observa-se, em alguns países da América Latina o fortalecimento político de segmentos católicos carismáticos e de evangélicos pentecostais. Esses grupos adotaram como bandeira política a defesa da liberdade religiosa, da família e da moral sexual cristã, em oposição a agenda da igualdade de gênero e ampliação dos direitos sexuais e reprodutivos. Longe de ser remanescente de um passado, a ação desses atores projeta e impacta os debates públicos na maioria das sociedades latino-americanas (Biroli, Vaggione, Machado (2020).

formulações que difundem a renaturalização da moral cristã carismática, sobretudo neopentecostal, como fundamento da sociedade. Movimentam-se fórmulas discursivas baseadas numa espécie de arcaísmo, no qual se busca o retorno ao um passado perdido em que prevalecia o casal heteronormativo, a autoridade paterna e as identidades de gênero estáveis num dado contorno binário. E o sujeito-homem, por obvio, era a pedra angular.

BOLSONARISMO E O APELO À VIRILIDADE PERDIDA.

O Bolsonarismo, além de ter possibilitado que a ultradireita brasileira saísse do armário e fizesse um *strip-tease* de seu projeto autoritário de poder, identificou e abraçou a demanda eleitoral, antes dispersa, por um discurso de autoridade firme, franco e, sobretudo, agressivo de radicalização das pautas políticas. Sua performance destemida é, sem “enrolação política”, teatralizar que “vai para cima”, “faz e acontece” e “não foge da briga”, ultrapassando todos os limites em nome do bem: estado de sua arte. É parte desta engrenagem retórica empurrar o debate político para um centro conservador. Nele as coreografias de bastião da moral que evoca as “forças de caráter”, as catarses afetivas do “guerreiro perseguido” que invocam a conversão pública, levam vantagem e cantam vitória antecipada de maior engajamento nas redes sociais.

Uma **política de likes**, à moda bolsonariana, alforriada de qualquer freio social, requer uma fusão de visualidades, sonoridades e corporalidades a serviço da reconstrução de uma virilidade vaidosa de si, desmesurada em pensamentos, emoções e músculos, que traria consigo o lugar autêntico e exuberante da autoridade fundacional - o masculino vigoroso e narcísico. No princípio, no meio e no fim dos jogos de poder há que ser e estar somente entre homens. E cujo seu lugar natural é a política como um espetáculo do masculinismo que “cancela CPF”, desqualifica e destitui tudo que se efeminiza, sobretudo aqueles que nascem machos e se degenerariam em gays ou mulheres trans, e ainda, outras mais que, nascidas fêmeas, ousariam virar homens (trans).

Vê-se uma narrativa potente de resgate do masculino como fonte da norma e da autoridade que se revela bastante atraente para os homens brancos jovens, com maior escolaridade e renda que se sentem desnorteados e se dizem perdidos com a fantasmagoria da “guerra entre os sexos”. Estes, assim como os negros pobres, vindos de baixo, que se guiam olhando para cima para sobreviverem, experimentam a dessubstancialização de

suas identidades nas conflitivas relações multidimensionais de gênero. Estas, por sua vez, transversalizam os espaços privados e públicos de convivência e têm sido tencionadas e reconfiguradas pelas conquistas femininas com suas distintas expressões de mulheridade que vão, por exemplo, da mulher cis, passando pela lésbica e pela não binária e chegando até a mulher trans.

Observa-se, nas manobras do idioma de gênero do presente, o retorno em looping para um imaginário onde se tinha uma hipotética masculinidade fundante da ordem social, isto é, uma masculinidade instituinte da vida em comum, na qual o verbo, a lei, a espada e a fêmea reprodutora teriam saído (da costela) de Adão: um tipo de macho primevo que faz de seu pecado original a invenção da civilização ocidental. O ressuscitar moral e cívico deste mito religioso de origem tem os seus rendimentos. Consiste em uma readaptação ao mundo globalizado que dá vida a sujeitos que vivenciam as inseguranças da deriva material e simbólica do precariado. Este mito serve, portanto, como um balsamo existencial e uma recarga político-afetiva para a reafirmação do lugar do Homem com H maiúsculo.

Isto parece fazer parte de um pacote do fenômeno translocal do *cultural backlash*, problematizado por distintos autores (Norris e Inglehart, 2019; Lopéz, 2023; Rennó, 2022; Messemberg, 2017). Uma espécie de “reação cultural” que pode ser cristalizada na alegoria da “ira do homem branco”, sobretudo o homem remediado ou pobre que se esforçou para embranquecer e, deste modo, tentar conseguir dar certo e manter seu privilégio patriarcal mesmo nos escalões mais baixos da hierarquia social. É este homem branco ou embranquecido, que assiste o escracho de seu lugar na perda de poder e de prestígio como provedor, pai, marido, filho, colega de trabalho. Por onde transita ele acredita receber reprimendas antecipadas sobre a sua natureza superior e pitos redobrados sobre o seu comportamento de sujeito macho que ele crer ser. Ao mesmo tempo, ele se vê paralisado na parte escura do túnel das garantias sociais, enfim, no final da fila das políticas públicas compensatórias que enfrentam as crises cíclicas e cotidianas do capitalismo ultraliberal. O homem branco “trabalhador e chefe de família desamparado” teria sido, a contragosto, forçado a ceder os primeiros lugares nos programas governamentais. Afinal, os governos do bem-estar, “esquerdistas”, passaram a colocar primeiro dentro da barca do Estado, além das crianças, mulheres e idosos, os grupos étnico-raciais, a comunidade LGBTQIA+, os imigrantes etc. Nesta visão de mundo, teria,

então, sobrado para os homens brancos heterossexuais de poucos recursos umas boias salva-vidas lançadas pelo mercado para serem disputadas, de forma fratricida, no mar revolto do reconhecimento de direitos e das políticas de inclusão dos grupos mais vulneráveis.

A narrativa bolsonarista traz em suas pedagogia política identitária e economia moral dos afetos, uma referência estética e ética de masculinidade que se pretende mais que hegemônica, universal tal como o reino de deus ambiciona o seu domínio sobre a terra. Ela afirma a proeminência de uma super virilidade inquebrantável a ser exibida e exaltada por seus seguidores, homens e mulheres. Não por acaso, no contexto da pandemia da COVID 19, Bolsonaro não fez mistério de seu alinhamento aos cânones desse ideal viril. Como um combatente de si mesmo afirmou, em pronunciamento em rede nacional, que...

“no meu caso particular, pelo meu histórico de atleta, caso fosse contaminado pelo vírus, não precisaria me preocupar. Nada sentiria ou seria, quando muito, acometido de uma “gripezinha ou resfriadinho”. (Jair Bolsonaro)

O gosto pelo risco dramatizado por ações aventureiras sob controle para exibir no *TikTok* e a celebração do corpo atlético, bombado de academia ou calejado da labuta, glorificam a juventude eterna de quem pode tudo e merece ser cuidado e servido por todas as cuidadoras, as mulheres e outras variantes de seres feminilizados. Tem-se a louvação de homem para homem nos palanques, púlpitos, plenárias, congraçamentos, enfim, nos palcos domésticos e públicos que revelam o retorno ao monopólio discursivo, pelo silenciamento ou negação dos lugares de fala do feminino.

Tem-se uma exaltação da virilidade primitiva e varonil: busca-se o retorno aos fundamentos existenciais de uma vida nua, fabulada, “uma coisa que se possui no sangue” (e na “raça”), uma pulsão do homem natural, que se traduz em uma atitude sadia, higiênica e vigorosa que faz dos homens a grande realização das “mulheres de direita (que) são mais bonitas que as de esquerda”¹⁷. Este é também um dever de casa obrigatório

¹⁷ Esta frase no contexto de ofensas misóginas bolsonaristas às mulheres situa a reação feminina com a emergência do fenômeno #EleNão que mobilizou o voto feminino contra o bolsonarismo nas eleições de 2022. Ver: <https://diplomatie.org.br/as-mulheres-de-direita-sao-muito-mais-bonitas-que-as-de-esquerda/>. Último acesso em 05/03/2024.

da mulher (de) direita para impedir, todos juntos, a “ditadura da baranga”, da mulher de esquerda *feminaze*, que perdeu seus dotes naturais, tornou-se masculinizada, porém impossibilitada pela natureza de “virar homem” e de ser aceita enquanto tal. A narrativa bolsonarista convoca para uma batalha contra a alienação de uma civilização dulcificada e feminilizante, o que permitiria enfrentar a degenerescência da sociedade e, mais ainda, o próprio problema do vírus da COVID 19, por exemplo, “como homem, pô, não como moleque”¹⁸.

Para conjurar a incompetência constatada em gerir a crise pandêmica no país, o ex-capitão, um governante representante do movimento antivacina, exortou todos a vencerem o traumatismo da vulnerabilidade e do risco real de morte, exaltando as vantagens que teria seu corpo forte moldado no passado militar. Um negacionismo de plateia que debochava das vítimas com falta de ar, imitando-as em público, oferecia medicação falsa para a Ema do palácio, mas que no aposento presidencial, em segredo, mantinha balões de oxigênio para seu consumo diário.

Um dos efeitos dessa retórica da invulnerabilidade masculina, cujo cerne é a recusa de práticas preventivas em saúde (Medrado et al, 2020), “lavou o pinto tá novo”, foi o desdém, registrado em seus inúmeros discursos que transpareciam sua falta de empatia para com os “fracos” vistos como os únicos responsáveis pelo seu adoecimento. Corpos contaminados seriam o resultado da falta de capricho das mães que não ensinaram a higiene em casa e das esposas que não cuidaram direito do marido e dos filhos. Os doentes de COVID 19, na condição de “gente porca”, tornaram-se maus exemplos da falta de asseio pessoal cuja responsabilidade recaia sobre mulheres (cuidadoras) na família. Uma vez que a sujeira pessoal é um problema individual dos corpos imundos, poderia o presidente da república heteromacho vacinar: “Sou Messias, mas não faço milagre” e “não sou coveiro, tá?” diante das milhares de mortes que se acumulavam, da saturação de covas disponíveis e da impossibilidade de despedida dos parentes nos hospitais e enterros. Com essa narrativa, emancipada de comiseração, Bolsonaro enfrentou as autoridades sanitárias e médicas de todo o mundo que defendiam o isolamento e

¹⁸ A fala de Bolsonaro exigindo macheza para enfrentar a epidemia de COVID ainda sem a disponibilização de vacinas pode ser encontrada no site: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2020/03/29/bolsonaro-diz-que-e-preciso-enfrentar-virus-como-homem-e-nao-como-moleque.htm>. Último acesso em 05/03/2024.

distanciamento social contra o novo coronavírus, fazendo rimar virilidade com sadismo em suas mensagens ao povo brasileiro. Para o “PR Bolsonaro”, portanto, a saúde, uma questão de capricho pessoal e de bons hábitos, não é coletiva e nem da conta do Estado.

E é, nesse sentido, que se pode dizer que o Bolsonarismo tem sido, também, um projeto de fazer reviver uma dada virilidade fascista (Chapoutot, 2013). Celebra-se uma virilidade agressiva que faz do homem “duro” a sua pedra angular¹⁹. A virilidade fascista se define por uma série de oposições nítidas e de fácil assimilação: o homem não é a mulher; o duro não é mole, o ariano não é o judeu etc. E, com isso, ela não se refere a diferenças ou às singularidades dos indivíduos, mas a oposições hierarquizadas, nas quais um só pode existir como o contrário absoluto do outro sem mediações, gradações ou matizes. Em outras palavras, se é do homem a característica de ser forte, corajoso e firme, à mulher cabe o que é avesso que a faz subalterna, ou seja, a fragilidade, a covardia e a complacência. Na definição do que seja essa tal virilidade, não se tolera qualquer sentido de intermediário, transição ou mudança: a mistura é reprovada, a indefinição é proscrita, a ambiguidade é condenada, a ambivalência é ocultada. Pois, somente uma suposta virilidade pura é aceitável como um padrão de conduta a ser perseguido. O homem viril seria a primeira e última linha de defesa da sociedade a ser protegida dos males da corrosão civilizatória. Caberia ao homem ser o polo da retenção contra o escoamento da alteridade e da negociação de seus sentidos. Deveria ser ele o polo da constância contra a pusilanimidade, da substância contra a desintegração (Chapoutot, idem:337).

A caçada à ressignificação dos papéis, lugares e funções de gênero, com a exploração de díades rígidas, com sinais assimétricos, têm o mérito de permitir a construção (manipulação) de uma virilidade quimérica: o homem seria a instância de controle e reguladora da estabilidade num mundo de fluxos e de passagens. É a sua representação enquanto ente forte, firme, corajoso e austero que se acredita ser o sustentáculo de uma determinada ordem e harmonia pretendidas. É como se no homem viril já estivessem impressas as características daquilo que deve ser cultivado e admirado

¹⁹ Enquanto doutrinas orientadas pelo darwinismo social, o fascismo e o nazismo insistem no caráter benéfico da competição para acostumar os corpos à guerra e endurecer os corações diante do inimigo. Os mais fracos de corpo e caráter devem ser colocados para fora do grupo como dispositivo de seleção natural e social sobrevivência. Ver: Chapoutot (2013:354)

para se caminhar rumo a uma sociedade da lei e da ordem, em que a paz (masculina) possa reinar. Se o homem viril, em sua mística, é a imagem e semelhança de um deus masculino, a sociedade deve se organizar em torno deste homem, representação divina na terra.

De acordo com esse ideal, inatingível e situado na saga bolsonarista como um horizonte místico a ser perseguido, o homem seria autosuficiente e senhor da razão, inteiro e firme, para que ele mesmo possa nomear, incluir excluindo o feminino e o alógeno. Ser estável e imutável é ser confiável, e aquilo que foge a esse delineamento deveria imediatamente ser rechaçado e tornando inaudito. Isto significa dizer que o feminino dentro desse contexto paradigmático é não só desqualificado como automaticamente deve ser reduzido a uma “racha” para penetrar, um “buraco” para arrombar, uma “vala” para jogar dejetos, uma perseguida para receber punição, uma “bolseta” para guardar em silêncio as violações merecidas. Só, assim, a vida poderia seguir o seu rumo natural sob o regresso nostálgico da plena dominação masculina.

Note-se que essa narrativa faz render a tese da feminização como algo reprovável ao traçar uma linha de separação hermética entre homem e mulher e rejeitar qualquer nuance de uma possível tangência desses dois extremos categoriais. E isto é o que explica, em parte, a condenação da homossexualidade masculina e a transexualidade sob o argumentação da desnaturação biológica (na qual o homem naturalmente superior se degrada e converte naquilo que, por comparação, lhe é inferior). Constata-se, aqui, o argumento bem ancorado nas tradições culturais e religiosas ocidentais que apoiam o ódio nazifascista contra as sexualidades alternativas que privariam a “raça” do uso natural e legítimo dos órgãos reprodutores desviados de sua função. A feminização, resultante do abandono das virtudes e fortunas masculinas, representaria uma espécie de desvio imperdoável daquilo que ao homem seria por natureza um atributo.

Não é à toa que o Bolsonarismo louva a virilidade de maneira completamente circular, autoreferida: ser homem é ser viril, ser viril é ser homem. Nesse ponto é necessária um breve digressão sobre a noção de virilidade e suas apropriações simbólicas. Segundo Alain Corbin (2013), a virilidade é um sistema de valores que persiste desde tempos imemoriais. Trata-se de um modelo que traz um ideal de força, de virtude, de segurança, certeza e dominação, autodomínio e controle. É um constructo que cruza atributos, como ascendência sexual com força moral, coragem com vigor, sacrifício com

honra. Condensa expectativas de perfeição da alma e do mando do corpo. Muda de acordo com as temporalidades e espacialidades das formações sociais, revelando sua simbólica nas sociedades tradicional, mercantil, militar, cortesã, contemporânea etc. O que se caracteriza como virilidade é uma construção histórica e cultural. De acordo com algumas descrições etnográficas esse conjunto de marcadores, no lugar de ser configurar um termo anacrônico e congelado de ideais, se reinventa em novas identidades metamorfoseando-se em distintos lugares de poder. Não se reduz somente ao masculino, embora se defina por exclusão da feminilidade. Algumas mulheres demonstram virilidade, expressando em seus papéis sociais um senso de grandeza, de honra e de sacrifício. Sua centralidade no léxico bolsonarista ajuda a compreender o vínculo estabelecido entre a virilidade agressiva e o regime político que trouxe como um dos seus motes “armar a população”. Isto, em termo concretos, correspondeu a recriar e fortalecer a autoridade de protetor (senhor da guerra) num mundo em que os homens perderam a exclusividade do papel de provedores, agora divididos com as senhoras da reprodução material. Ainda que nus de bolsos vazios, tem-se uma arma para defender sua honra e ameaçar vizinhos, entregadores, LGBTQI+ que pareçam ameaçar sua masculinidade. Não se trata somente de zombaria baixa e reprovável disseminada nas redes sociais, nos espaços de convivência. O *ethos* viril bolsonarista integra um sistema de valores e o alinhamento com ideologias ultraconservadoras e negacionismos.

E é nessa configuração simbólico-discursiva, repleta de representações do que é ser macho e de como a virilidade é esteio da vida harmoniosa pretendida, que a extrema direita pelo mundo e o Bolsonarismo no Brasil se nutrem. Nesse conjunto de elementos simbólicos miticamente trabalhados e cultivados entre nós por diferentes aparelhos ideológicos (hoje principalmente a internet), cria-se o ambiente propício ao surgimento de figuras redentoras e salvadoras, altamente perigosas e perversas, que astutamente personificam em si a coragem e o resgate de valores e sentidos perdidos. Essas figuras, são os avatares do imaginário coletivo que retrata um homem com habilidades práticas e pouco refinadas, como saber lutar e atirar, levantar peso, puxar ferro, andar de motocicleta ou a cavalo e que, por si mesmas, convencem da habilidade do homem viril para o comando e para a condução à vida boa pretendida. Pelo papel encenado, muito mais do que pelo teor daquilo que dizem, estes arautos da virilidade convencem de sua retidão e lealdade a um projeto de futuro libertarista, no qual a igualdade se faz para baixo e a liberdade se faz para o alto da estratificação social. Figuras como Bolsonaro ou Vladimir

Putin estão condenados por prazer a se mostrarem publicamente como homens fortes, que adoram a vida rustica no campo ou a pesca. Seus hábitos fariam mais do que seus argumentos e a forma viril como transvestem seu modo de ser, convenceria mais do que o projeto que verdadeiramente incorporam: “ele tem esse jeitão aí mas é para o nosso bem”. É lidando com essas representações de modo capcioso, com símbolos do que é ser homem presentes no imaginário coletivo e de como esses são ingredientes necessários para nos redimir daquilo que nos desvia de uma vida boa, que essas personalidades tomam vulto e multiplicam adeptos entre nós. Quer dizer, esses se tornam, por si mesmos, a representação da quebra da hipocrisia da sociedade (ante o mal) e o resgate da verdade tomada como distorcida por aqueles que defendem a equidade de gênero.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: A ILUSÃO DE QUE O MUNDO MASCULINO BASTARIA.

O Bolsonarismo manobra com ideais de uma virilidade perdida, mobilizando um passado mítico onde mulheres, negros, gays e homens fracos deveriam ocupar um papel de subserviência e inferioridade. Os meios e modos como usam a linguagem de gênero, em particular a masculinidade, evidenciam o propósito de fragilização de outros homens. Esta tática tem por base a acusação de que não são tão homens assim, isto é, “homens de verdade” que não se envergonham de serem corajosos, duros e violentos, que não levam desaforo para casa e que apanham para poder bater em defesa de sua propriedade. E esta posse do masculino inclui as mulheres, os fracotes, os viados e outros mais que requeiram proteção por meio do sequestro de suas identidades e pertencimentos sociais. Vê-se no uso político da linguagem gendrificada, a manipulação da opinião pública em torno de divisões rígidas de gênero e na disseminação de estereótipos homofóbicos, misóginos e racistas entre outras práticas para minar os avanços democráticos, os direitos sexuais e reprodutivos de mulheres e da população LGBTIQI+.

E é nesse cenário que se torna comum a evocação de palavras de ordem justiceiras e punitivistas da parte daqueles que promovem a intolerância, o ódio e a vingança como expedientes de uma suposta “defesa social”. Afinal, o mundo de desconfianças e suspeições recíprocas proposto pelos promotores do “tiro, porrada e bomba” contra o outro, dá vida entre nós à “esculachocracia” como um regime de imposição de crenças e vontades particulares de uns sobre os outros que não tem limite. Nisso institui-se a polarização entre os autodesignados “cidadãos de bem”, arautos de

cruzadas moralistas, daqueles vistos como “cidadãos do mal”, classificados como irrecuperáveis e integrantes das chamadas “classes perigosas”.

Nessa “esculachocracia”, vivificada por procedimentos continuados de exceção, pela ambiência de excepcionalidade criada por intervenções como modo de governar, os indivíduos e grupos vão ficando mais desavergonhados, sem freios, mais confortáveis com os seus preconceitos, mais à vontade para repreenderem a conduta que consideram indesejável, pregarem o sermão da sua montanha, darem “lição de moral” e, ali mesmo, julgarem, e, no mesmo momento, punirem conforme sua conveniência. Trata-se da crença ilusória de que se pode ter segurança e justiça instantâneas, do tipo *miojo lamen*, no imediatismo do medo, da raiva e da vontade de cada um. Esquece-se de que quanto mais momentânea e particular é uma sanção, mais provisória ela é. Mais pessoal, oportunista e impune ela se torna aos olhos dos outros que, também suspeitosos, desconfiados e solitários, consideram o exercício de suas razões superior às razões exercidas pelos outros que se viam como superiores. Como num círculo vicioso, o resultado disso é o agravamento continuado do temor individual e da insegurança coletiva onde mulheres, viados, sapatões, negros e o que mais ameace o bolsonarismo, em sua branquitude viril, estão sob a mira coreografada de arminhas debochadas que legitimam e dirigem as balas achadas para os seus corpos.

Esse discurso aciona uma gramática de busca e retorno a um passado glorioso, sem feminismo e sem minorias. É preciso recuperar um tempo nostálgico onde os homens tinham valor e estavam no comando das instituições. Essa é a tática de algumas organizações de extrema direita²⁰: a instrumentalização da ideia de uma virilidade perdida para manipular a dor e o desespero de homens jovens que experimentam a deriva da precarização do emprego, dos reveses políticos, da frustração com familiares. Eles engendram uma resposta implícita de gênero que encobre as reações de um tipo de masculinidade ressentida de uma igualdade entre homens e mulheres. Nesse âmbito,

²⁰ Pode-se dar o exemplo de grupos neonazistas em alguns países europeus e nos EUA. Essas organizações estudadas por Michael Kimmel (2018), atraem os homens jovens, incitando-os a provar sua masculinidade, avivando a raiva ressentida em relação aos imigrantes e homossexuais. Eles manipulam a identidade masculina oferecendo uma compensação de gênero, uma rota alternativa que acolhe o indivíduo em um grupo, conferindo a sensação de pertencimento. O exercício da xenofobia, do racismo e do sexismo seria uma fórmula encontrada por esses rapazes para expressarem o agradecimento por tomarem parte de uma fraternidade.

ganha força a *communitas* viril, uma comunidade de homens dedicados a solidariedade e ao combate entre si, ainda que só na marchinha pública do soldado com cabeça de papel. Ela é o lugar da transmissão de valores que positivam o prazer de estar juntos e a disposição para a luta contra as forças progressistas que ameaçam seus lugares de poder e dominação. Nesse processo, a simbólica hercúlea, do protetor, favorece a cristalização de estereótipos viris, baseados na invocação da retórica da defesa de si e das mulheres e crianças. É preciso se exibir publicamente, fazer pantomimas imitando “arminhas”, desenhos no vazio, exibindo a macheza viril para ser notado diante dos olhos dos outros.

A retórica antigênero adotada pelos governos antidemocráticos atrela-se às configurações ideológicas com as quais estão alinhados no cenário político global. O culto à virilidade perdida, além dos benefícios que traz aos homens fragilizados por tantos direitos é uma estratégia de resistência para lutar contra o ataque aos esquemas ditos normais da masculinidade, o que se desdobra num projeto autoritário de poder que tem na promoção da insegurança coletiva o seu solo fértil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AVRITZER, L.; RENNÓ, L. The Pandemic and the Crisis of Democracy in Brazil. *Journal of Politics in Latin America*, p.1866802X2110223, 5 jul. 2021.

BAUMANN, Z. As redes sociais são uma armadilha. Entrevista ao jornal El País. 09/01/2016.

BIROLI, F. VAGGIONE, J.M & MACHADO, M.D.C. Gênero, neoconservadorismo e democracia. São Paulo, Boitempo, 2020. 224 páginas

BOBBIO, Norberto. Direita e Esquerda: Razões e significados de uma distinção política. São Paulo: Editora UNESP, 2001, p.50.

BURITY, J. A Onda conservadora e surgimento da nova direita cristã brasileira? a conjuntura pós-impeachment no Brasil. *Ciencias Sociales y Religión*. Unicamp, v. 22. 2020.

CECCHETTO, F.; MUNIZ, J.; MONTEIRO, R. "Basta tá do lado": a construção social do envolvido com o crime. **Caderno CRH**, Salvador, v. 31, n. 82, p. 99-116, 2018.

CECCHETTO, F.; MUNIZ, J.; MONTEIRO, R. A produção da vítima empreendedora de seu resgate social: juventudes, controles e envolvimento. **Ciênc. Saúde Colet.**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 9, p. 2803-2812, 2018.

CHAPOUTOT, Johann. Virilidade facista. In: CORBIN, A.; COURTINE, J. J.; VIGARELLO, G. (Orgs.). História da Virilidade – 3. A virilidade em crise? Séculos XX- XI. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 335-363

COELHO, Edmundo Campos. A criminalização da marginalidade e a marginalização da criminalidade. *Revista de Administração Pública* . Rio de Janeiro, 12 (2): 139-161, abril-junho 1978.

CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges. (Orgs.). História da Virilidade 3. A virilidade em crise? Séculos XX e XXI. Petrópolis: Vozes, 2013, p. 154-186.

CUNHA, C. V. da. Pentecostal cultures in urban peripheries: a socio-anthropological analysis of Pentecostalism in arts, grammars, crime and morality. *Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology*, 15(1), 2018.

DA EMPOLI, Giuliano. Os Engenheiros do Caos. São Paulo. Ed. Vestígio, 2019.

DARDOT, P.; LAVAL, C. A nova razão do mundo: ensaios sobre a sociedade liberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

ELIAS, N. O processo civilizador 1: uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

FELTRAN, G. Transformações sociais e políticas nas periferias de São Paulo. In: ROLNIK, R.;

FERNANDES, A. (org.). Cidades. Rio de Janeiro: Funarte, 2016. p. 1-21. (Coleção Ensaio brasileiro contemporâneo).

FISHER, Max. A máquina do caos. Como as redes sociais reprogramaram nossa mente e nosso mundo. São Paulo. Ed. Todavia, 2023.

FOUCAULT, M. A verdade e as formas jurídicas. Rio de Janeiro. Ed. Nau, 2002.

_____. Segurança, território e população. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GARLAND, D. The Culture of Control: Crime and Social Order in Contemporary Society. Chicago: The University of Chicago Press; 2001.

GOULART, M; GRACINO, P. A Teologia do Domínio. Portal Grabois <https://grabois.org.br/2024/03/04/mayra-goulart-e-paulo-gracino-a-teologia-do-dominio/> acesso em março 2024.

HAN, BYUNG-CHUL. Digitalização e crise da democracia. Petrópolis. Editora Vozes. 2023.

KIMMEL, M. S. **Healing from hate: How young men get into-and out of-violent extremism**. Oakland, CA, 2018.

LIMA, R. Kant de. Administração de conflitos, espaço público e cidadania Uma perspectiva comparada In. Civitas - Revista de Ciências Sociais Ano 1, no 2, dez. 2001

LOPÉZ, M.A ira do homem branco: preditores do voto em Enéas e Bolsonaro <https://doi.org/10.1590/1807-01912023293827>, acesso em 7 de março de 2023.

MACEDO, Edir. “Plano de poder, Deus, os cristãos e a política”. São Paulo. Editora Thomas Nelson Brasil.2008.

MEDRADO et AL. Homens e masculinidades e o novo coronavírus: compartilhando questões de gênero na primeira fase da pandemia. <https://doi.org/10.1590/1413-81232020261.35122020>. Acesso em 7/03/2024

MESSEMBERG, D. A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros. *Sociedade e Estado*, v.32, n.3, 2017.

MISSE M. Mercados ilegais, redes de proteção e organização local do crime no Rio de Janeiro. *Estud. Av.* 2007; 21,(61), pp.139-157.

_____. Crime organizado e crime comum no Rio de Janeiro: diferenças e afinidades. *Rev. Sociol. Polit.* Curitiba, v.19, n. 40, p.13-25, 2011.

MUNIZ, J. A vontade de poder da santíssima trindade bolsonariana e a cruzada contra os mensageiros da covid-19. IBADPP. Revista Trincheira Democrática. Ano 3. N.08, abril de 2020, pag. 40., 2020.

_____. Insegurança pública como projeto autoritário de poder In: MIRANDA, A. P.; OLIVEIRA, I. M. Pesquisa Empírica aplicada ao direito. Perspectivas teóricas e metodológicas sobre o reconhecimento de direitos. Rio de Janeiro: Editora Telha, 2021. p.263-91.

MUNIZ, J.; CECCHETTO, F. Insegurança pública: exceção como rotina, excepcionalidade como o normal no Rio de Janeiro, Brasil. *Ciencia & Saude Coletiva*, v. 26, p. 4635-4644. 2021.

_____. Ingovernabilidade Policial: Pandemia das operações policiais e o pandemônio de sua rotinização. In: BRANDÃO, C.; DORNELLES, J. R.; DULTRA, R.; RAMOS FILHO, W. Pandemônio e Pandemias - Novas Direitas e Genocídio no Brasil. São Paulo: Tirant lo Blach, 2021. p.250-72,

MUNIZ, J.; DIAS, C.N. Domínios armados e seus governos criminais - uma abordagem não fantasmagórica do -crime organizado-. **Estudos Avançados** (online), v. 36, p. 131-152.2022.

MUNIZ, J; PATRICIO, L. A segurança pública da constituição: direitos sob tutela de espadas em desgoverno. In: SANTOS JUNIOR, B.; VALIM, R. (org.). 1988/2018: **30 anos da constituição federal do brasil**. São Paulo: Editora Imprensa Oficial de São Paulo, 2019. p. 80-85.

_____. “Cidadania, Segurança Pública e Controle da ação policial. In: Maria Alice Nunes Costa (org). Políticas públicas estruturantes para o Brasil do século XXI. ED. Appris. 2024. pp. 389-432, 2023.

NOVAES, R. Os jovens de hoje: contextos, diferenças e trajetórias. In: **Culturas jovens. novos mapas do afeto**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. p 105-120.

NORRIS, Pippa; INGLEHART, Ronald. Cultural Backlash. Trump, Brexit and Authoritarian Populism. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.

RENNO, L. Bolsonarismo e as eleições de 2022. *Estudos avançados*, 36(106) 2022

SILVA, L. M. Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 19, n. 1, p. 53-84. 2004.

SINHORETTO, J. ;MORAIS, D, S. Violência e racismo: novas faces de uma afinidade reiterada. **Revista de Estudos Sociais**, v. 64, p. 15-26, 2018.

VITAL, Christina. Oração de traficante. Rio de Janeiro: Garamond, 2015. 432 p.